

GOVERNO BOLSONARO, BOLSONARISMO E NEOFASCISMO

GOBIERNO DE BOLSONARO, BOLSONARISMO Y NEOFASCISMO

BOLSONARO GOVERNMENT, BOLSONARISMO AND NEOFASCISM

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.63546>

David Maciel¹

Resumo: No governo Bolsonaro o processo de transição autoritária iniciado com o golpe de 2016 se aprofundou e acelerou, consumando a passagem da democracia de cooptação para a democracia restrita graças à sua luta incessante pela instalação de um regime fascista. A perspectiva neofascista do bolsonarismo contribuiu para o governo Bolsonaro reforçar os elementos fascistas no interior da autocracia burguesa. Os processos de militarização do governo, fascistização do aparato estatal, policialização da existência e de mobilização para um novo golpe aprofundaram as mudanças para a democracia restrita, sem, porém, lograr ultrapassá-la.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro. Autocracia burguesa. Transição autoritária. Democracia restrita. Neofascismo.

Resumen: Durante el gobierno de Bolsonaro, el proceso de transición autoritaria iniciado con el golpe de 2016 se profundizó y aceleró, consumando la transición de una democracia cooptada a una democracia restringida gracias a su incesante lucha por la instalación de un régimen fascista. La perspectiva neofascista del bolsonarismo contribuyó a que el gobierno de Bolsonaro reforzara los elementos fascistas dentro de la autocracia burguesa. Los procesos de militarización del gobierno, fascistización del aparato estatal, politización de la existencia y movilización para un nuevo golpe profundizaron los cambios hacia una democracia restringida, sin lograr, sin embargo, superarla.

Palabras clave: Gobierno de Bolsonaro. Autocracia burguesa. Transición autoritaria. Democracia restringida. Neofascismo.

Abstract: During the Bolsonaro government, the authoritarian transition process that began with the 2016 coup deepened and accelerated, consummating the transition from coopted democracy to restricted democracy thanks to its incessant struggle for the installation of a fascist regime. The neo-fascist perspective of Bolsonarism contributed to the Bolsonaro government reinforcing the fascist elements within the bourgeois autocracy. The processes of militarization of the government, fascistization of the state apparatus, policeization of existence and mobilization for a new coup deepened the changes towards restricted democracy, without, however, managing to overcome it.

Keywords: Bolsonaro Government. Bourgeois autocracy. Authoritarian transition. Restricted democracy. Neofascism.

Introdução

A partir do golpe de Estado que depôs o governo Dilma Roussef em 2016, desencadeia-se no Brasil um processo de *transição autoritária* que promove mudanças significativas na institucionalidade política, aprofundando tendências que já estavam em curso anteriormente e inaugurando outras. Em linhas gerais estas mudanças configuram um processo de transição autoritária da *democracia de cooptação*, vigente no país desde a chamada Nova República (1985-2016), para uma *democracia restrita* que reforçou o caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro. Mesmo sem abolir o regime democrático-representativo herdado da Constituição de 1988 (divisão e autonomia entre os poderes, liberdade e pluralidade partidária, liberdade sindical, rotina eleitoral, etc.), tal processo aprofundou de maneira progressiva os elementos autoritários e fascistas contidos no Estado autocrático-burguês restringindo ainda mais seus elementos democráticos. Em termos gerais o Estado e a institucionalidade política tornaram-se ainda mais determinados pelos interesses das classes burguesas e ao mesmo tempo mais impermeáveis à pressão política e às demandas dos trabalhadores. Tal processo avançou de maneira considerável entre 2016 e 2019 (Governo Temer), no entanto, consumou-se apenas durante o governo Bolsonaro (2019-2023), com a adoção de novos procedimentos e medidas que acirraram os elementos fascistas e o despotismo burguês presentes na institucionalidade política, reconfigurando-a. O tensionamento da institucionalidade no sentido da sua reconfiguração chegou a ponto de criar a possibilidade real de continuidade da transição autoritária com mudança para um regime ainda mais autocrático, de tipo cesarista militar ou mesmo fascista, com base num novo golpe de Estado. Neste artigo procuraremos descrever os procedimentos adotados pelo governo Bolsonaro neste sentido. Antes, porém, apresentaremos o contexto histórico que tornou possível a ascensão de Bolsonaro à presidência da República e faremos um breve levantamento das medidas e práticas tomadas entre 2016-2019 que favoreceram a consolidação da democracia restrita.

O contexto da ascensão de Bolsonaro à presidência: transição autoritária e radicalização da autocracia burguesa no Brasil

O governo Bolsonaro, e o movimento político que o sustenta, é fruto de um processo de *transição autoritária* desencadeado no país a partir do *impeachment* de 2016, quando o mandato presidencial de Dilma Roussef foi interrompido por um golpe de Estado parlamentar-judicial apoiado pela grande mídia. A partir de então, medidas de reforço do caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro, que já estavam em curso desde antes, se amplificaram e aceleraram de modo a viabilizar um conjunto de mudanças políticas, institucionais e econômicas que configuram a referida transição autoritária. Em termos gerais, tais mudanças foram determinadas por uma tentativa de reconfiguração das relações entre capital e trabalho, expressando uma ofensiva burguesa contra os trabalhadores e demais classes subalternas em termos econômicos, políticos e ideológicos, com o reforço e predominância dos elementos autoritários e fascistas no interior da autocracia burguesa, em detrimento dos elementos democrático-representativos. O regime democrático-representativo não chegou a ser abolido, vigorando ainda a divisão entre os poderes, a liberdade partidária, a rotina eleitoral, a liberdade de imprensa e opinião, etc., mas seu conteúdo político foi francamente alterado.

A *democracia de cooptação* vigente desde 1988 foi substituída por uma *democracia restrita* onde a repressão política e social, a criminalização das lutas sociais e entidades populares, a restrição do espaço político e sindical dos trabalhadores e organizações de esquerda e a recusa de suas demandas econômicas e sociais prevalecem como principais instrumentos de controle do conflito político-social e de tratamento das organizações do mundo do trabalho em lugar do transformismo (GRAMSCI, 2002) e da integração passiva à ordem ².

Deste processo também fez parte o aprofundamento da plataforma neoliberal, que reforçou o despotismo burguês sobre o trabalho ao promover um processo de redução e/ou eliminação dos controles políticos sobre a movimentação do capital, particularmente aqueles criados pelos trabalhadores, conforme definição de Netto (1993, p. 66-88). O que reforçou os elementos autoritários da autocracia burguesa e limitou ainda mais os institutos da democracia representativa à disputa interburguesa. É fato que tanto na *democracia de cooptação*, quanto na *democracia restrita* o Estado não reconhece os trabalhadores como sujeitos políticos com autonomia organizativa, liberdade de mobilização e com legitimidade para apresentar suas demandas e defender seus interesses com autonomia, daí o caráter autocrático-burguês do Estado. Porém, na democracia restrita as condições de luta dos trabalhadores e suas organizações são muito mais difíceis e limitadas, pois seu espaço de organização, mobilização e ação política, mesmo sob tutela estatal, é limitado repressivamente. Em contrapartida, o Estado tornou-se ainda mais permeável às demandas, pressões e formas político-organizativas das classes dominantes, enrijecendo a dominação de classe. Isto não quer dizer que na democracia restrita o transformismo tenha desaparecido como mecanismo de controle do mundo do trabalho, nem que na democracia de cooptação a repressão política não seja parte fundamental dos mecanismos de controle do conflito político e social, mas significa que na correlação entre ambos passou a haver um claro reforço da última ³.

Portanto, a instalação da democracia restrita implicou no reforço dos elementos autoritários e fascistas em detrimento dos elementos democrático-representativos, combinados sincreticamente no Estado autocrático-burguês, mas não em sua eliminação. Assim em termos gerais o espaço político e eleitoral das organizações de esquerda foi restringido; a criminalização das populações pobres, dos movimentos sociais e suas lutas foi intensificada; direitos sociais e trabalhistas foram eliminados, permitindo ao capital maior liberdade de ação diante da regulação estatal e dos controles políticos à sua movimentação. Houve ainda a promoção de um processo de aparelhamento político-partidário de setores da burocracia não-eleita (principalmente no Judiciário, nas Forças Armadas e nas polícias). Sumariamente vamos elencar a seguir as principais medidas que configuraram o processo de transição autoritária ocorrido entre o golpe de 2016 e a ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em 2019.

No plano institucional houve um claro ataque às normas constitucionais e à legalidade pelo desrespeito a diversos de seus dispositivos e pela alteração de outros. Os primeiros procedimentos tomados nesta direção foram a lei antiterrorismo, que ampliou e endureceu a criminalização de manifestações e lutas sociais; a nova lei eleitoral, que impôs critérios draconianos para o acesso dos partidos ao fundo partidário e ao horário gratuito na TV e no rádio, ambas aprovadas ainda antes do golpe de 2016. Na sequência vieram a prisão em segunda instância; a utilização abusiva da prisão provisória e da delação premiada por juízes e procuradores para forjar depoimentos contra adversários políticos; o vazamento de informações para a

imprensa com o objetivo de mobilizar a opinião pública contra os indiciados; a combinação indevida entre investigação e julgamento por parte de promotores e juízes e a doutrina jurídica do domínio do fato, ambas manipuladas com finalidades políticas para perseguir e condenar adversários. Este conjunto de procedimentos, dos quais a Operação Lavajato é uma espécie de síntese, alteraram a norma jurídica a ponto de favorecer a “partidarização” do poder judiciário, tornando-o uma força política por si mesma.

No plano político ocorreu a intensificação da repressão às lutas sociais e à vida cotidiana; o crescimento das Operações de Garantia da Lei e da Ordem voltadas para a repressão política; o aumento da impunidade para a violência policial; a partidarização do Poder Judiciário; a manipulação do processo eleitoral em 2018 com a prisão ilegal de Lula, candidato favorito às eleições presidenciais, e a condescendência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a disseminação de *fake news* nas redes sociais e o uso do caixa 2 na campanha da candidatura Bolsonaro durante as eleições. O crescimento do protagonismo político dos militares emerge como um desdobramento deste processo, com o reforço da tutela militar sobre o governo e sobre o próprio Supremo Tribunal Federal (STF). Destacam-se ainda neste plano a recriação do Gabinete de Segurança Institucional, órgão de vigilância e informações extinto em 2015, e a entrega de sua direção para um general; a intervenção federal no Rio de Janeiro sob comando do Exército e o veto de seu comandante à concessão de *habeas corpus* a Lula pelo STF em 2018, medida que o tirou definitivamente do pleito e teve um impacto decisivo no resultado eleitoral. No plano econômico as medidas mais importantes foram a lei do teto de gastos, a lei de terceirização, a reforma trabalhista, o fim do imposto sindical e o contingenciamento permanente dos gastos sociais. Essas medidas de política econômica, pretensamente alheias à dinâmica político-institucional, se inserem no processo de transição autoritária pois, como adiantamos, visam a redução ou mesmo eliminação dos controles políticos democráticos sobre a movimentação do capital em conformidade com sua orientação neoliberal. Na prática esta orientação doutrinária implica no reforço do despotismo burguês sobre as relações de trabalho e sobre o próprio mercado, exercido a partir do controle privado dos meios de produção, distribuição e troca e baseado numa relação desigual entre proprietários e não proprietários desses meios. Neste sentido, o neoliberalismo apresenta uma perspectiva política autocrática, que se radicalizada, como ocorreu a partir de 2015 no Brasil, aprofunda ainda mais o autoritarismo no conjunto das relações sociais.

Estas mudanças em direção à democracia restrita sem que tenha ocorrido uma mudança de regime indicam que mesmo diante do crescente tensionamento da luta de classes ainda foi preciso manter mecanismos políticos e institucionais que canalizassem o descontentamento popular para a arena da disputa política de maneira subordinada, porém relativamente eficaz na mediação do conflito social. Ou seja, foi preciso manter a representatividade política e corporativa dos trabalhadores, mesmo que desidratada, como mecanismo que não só canalize o descontentamento social para instâncias de disputa altamente controladas, como o processo eleitoral, a sociedade política e a estrutura sindical estatal; mas também mobilize as energias políticas e sociais dos trabalhadores para o institucionalismo e a acomodação, não para a auto-organização e a contestação. O conteúdo transformista desta perspectiva é evidente, pois carrega potencial para restabelecer a hegemonia burguesa nas bases correspondentes às novas condições históricas criadas pelo

fim da Nova República e pela nova correlação de forças entre capital e trabalho. Daí sua funcionalidade na democracia restrita.

No entanto, a estabilização da transição autoritária mostrou-se impossível diante de uma conjuntura de agravamento da crise econômica, social e política. Esta situação de instabilidade e intensificação do conflito de classes criou as condições favoráveis à vitória eleitoral e ascensão de Jair Bolsonaro ao comando do governo federal e suscitou a adoção de novos procedimentos institucionais, políticos e econômicos, que acirraram os elementos fascistas e autoritários já reforçados desde 2016. Com isto, o processo de transição autoritária avançou ainda mais, não só consolidando a democracia restrita, mas criando a possibilidade de evolução para um novo regime, de perfil cesarista militar ou mesmo fascista, como veremos a seguir.

Bolsonarismo, governo Bolsonaro e neofascismo

A partir da ascensão de Bolsonaro à presidência da República, em janeiro de 2019, ocorre não apenas a consolidação da democracia restrita, com o aprofundamento das medidas de perfil autoritário e fascista, mas se estabelece a possibilidade de superação desta forma política por outra ainda mais autocrática, de tipo cesarista militar ou fascista. Isto se deu não só porque a crise econômico-social se agravou, mas porque a partir de 2019 ascendeu ao governo uma força política cujo objetivo estratégico sempre foi a supressão de qualquer variação do regime democrático-representativo, até mesmo da democracia restrita, e a eliminação da oposição de esquerda e das organizações do mundo do trabalho tendo a violência e a repressão políticas como meios principais. Por mais que o governo Bolsonaro fosse composto por um agrupamento de forças de direita e extrema-direita, nem todas neofascistas, em sua orientação geral, em seu movimento social e em sua concepção de mundo predomina um perfil neofascista. O bolsonarismo, a mais reacionária, autoritária e antipopular entre as forças políticas que apoiaram o golpe de 2016, aglutinou junto a si tanto o chamado “partido militar”, articulado em torno do Alto Comando do Exército e principal fiador de sua eleição e de seu governo, quanto o “Partido Financeiro”, organizado em torno do programa neoliberal extremado e representante do conjunto das frações burguesas. Aglutinou ainda o “Partido do Judiciário”, oriundo da Operação LavaJato e detentor de um projeto próprio de poder, e uma miríade de forças políticas fisiológicas articuladas em torno do chamado “Centrão”, que tendem a apoiar o governo de plantão, seja ele qual for, mas com relações orgânicas com as variadas frações do bloco no poder. É fato que nem todas as forças componentes do governo tem um perfil neofascista, mesmo sendo de direita ou extrema-direita, e de que durante o mandato a correlação de forças entre estes “partidos” tenha se alterado no interior do governo, realçando-se o papel dos militares e do “Centrão” em sua sustentação em detrimento do chamado “lavajatismo”. No entanto, a perspectiva fascista do bolsonarismo se constituiu no eixo da ação do governo, dos enfrentamentos e das formas de mobilização política que assumiu.

Aqui é preciso realizar um parêntese para expor nosso entendimento acerca do conteúdo social e do caráter político do bolsonarismo. Desde sua emergência como candidato à presidência da República, e surpreendente eleição, Bolsonaro tem sido alvo de um intenso debate acadêmico que mobiliza estudiosos

de diversas ciências sociais, particularmente historiadores e cientistas políticos. A definição do caráter político e do conteúdo social de seu governo e do movimento que lidera divide opiniões e suscita avaliações divergentes, quando não antagônicas. Se há consenso em sua caracterização como movimento e governo de extrema-direita, não há quanto a posição de ambos neste amplo espectro político. Pontuam desde os que consideram ambos, movimento e governo, de caráter “populista extremista” ou “populista de direita”, até os que qualificam os dois como “fascista” ou “neofascista”, além dos que estabelecem uma distinção entre o movimento bolsonarista e o governo Bolsonaro. Alguns autores mobilizam ainda a categoria de “bonapartismo”, considerando que esta forma política não se aplica ao fascismo.

Os autores que mobilizam as categorias de “populismo extremista” ou “populismo de direita” para compreender os movimentos e governos de extrema-direita surgido nos últimos anos, partem em geral, de uma perspectiva teórica de matriz liberal, que tem na democracia liberal e nos seus procedimentos institucionais (equilíbrio entre os poderes, legalidade constitucional, seleção das elites governantes pela via eleitoral, cidadania política universal, liberdade de imprensa, liberdade de opinião) o paradigma político-institucional a partir do qual avaliam os regimes, partidos e movimentos políticos. Para esses autores o recurso à categoria de “povo” - utilizada pela extrema-direita para a mobilização de sua base de apoio e compreendido como categoria transcendente, genérica e ao mesmo tempo restritiva, pois limitada a clivagens particularistas de tipo nacionalista, étnico-racial, religiosa, cultural, etc., fere o princípio universalista e igualitário da cidadania. A perspectiva política plebiscitária da nova extrema-direita, que justifica ações arbitrárias e unilaterais, além do controle da justiça, da imprensa, etc., tomadas pelos governantes de extrema-direita com base na legitimação eleitoral, entra em contradição com a legalidade constitucional, o pluralismo partidário e o equilíbrio entre os poderes. Neste sentido, esses elementos são definidores de seu caráter político não democrático ou mesmo autoritário e permitem sua qualificação como “populistas” (RODRIGUES; BELLATO, 2021; LEVTSKY; ZIBLATT, 2018). O cientista político brasileiro Cláudio Couto (2023) se insere neste campo interpretativo ao definir o governo Bolsonaro como um “populismo extremista de fundo religioso, excludente e antipluralista”, baseado na liderança antissistêmica e no populismo religioso de Bolsonaro. Um “governo-movimento” alheio à produção de políticas públicas e voltado para mobilizar permanentemente sua base militante para atacar os outros poderes sem qualquer mediação institucional, colocando a democracia brasileira “sob estresse”.

No campo do marxismo, perspectiva à qual nos filiamos, o debate também é amplo, com as posições variando entre os que consideram o bolsonarismo um movimento fascista, neofascista ou bonapartista. Também há os que consideram inapropriadas tais designações por entenderem que o fascismo é um fenômeno específico do período Entreguerras no século XX, ou por que vêem o bolsonarismo apenas como um movimento reacionário, sem a pretensão de criar um novo bloco histórico. Quanto à caracterização do governo Bolsonaro predominam as leituras que o interpretam como fascistizante e protofascista, mas não propriamente fascista ⁴.

Em nossa interpretação o bolsonarismo se constitui como um movimento neofascista, por que, apesar de suas afinidades ideológicas, políticas e sociais com o fascismo clássico, que descreveremos abaixo, as condições históricas para sua emergência são distintas, bem como são historicamente distintos seus

opponentes principais⁵. O fascismo clássico emerge numa situação de crise revolucionária da dominação burguesa, marcada por um conflito mundial e por uma crise econômica de proporções nunca vistas, favorecendo o ascenso do movimento operário e dos partidos socialistas e comunistas, o que coloca a perspectiva socialista no horizonte histórico, particularmente com a Revolução de Outubro, e desencadeia experiências revolucionárias em diversos países. Daí o caráter contrarrevolucionário do fascismo, defensor da ordem burguesa mesmo que ao custo da subversão das formas políticas tradicionais de sua dominação. Mobilizando o descontentamento da pequena burguesia com a crise econômica e a ameaça revolucionária o fascismo cria um movimento de massas que perspectiva a superação da ordem política e social apresentando, até mesmo, componentes anticapitalistas em seu discurso. Porém, uma vez no poder governa em favor dos interesses estratégicos do capital monopolista, defendendo a propriedade privada e a expansão do capital sob rígido controle da economia.

O neofascismo emerge a partir dos anos 1990, numa situação de crise capitalista estrutural, marcada por avassaladora expropriação de trabalho, recursos naturais e bens sociais, além da eliminação de direitos, fortalecendo o avanço das desigualdades sociais, da destruição ambiental e da miséria em escala planetária. Os impactos políticos e sociais desta situação se revelam numa crise de legitimação das formas democrático-representativas da dominação burguesa e na emergência de um descontentamento social difuso, marcado pela insegurança, pela desconfiança em relação à eficácia do sistema de representação política e pelo ressentimento (SILVA et. al., 2014). No entanto, ao contrário de uma ofensiva revolucionária dos trabalhadores e demais classes subalternas, os partidos tradicionais de esquerda mostram-se incapazes de oferecer alternativas programáticas ao capitalismo neoliberal, grandemente enredados na institucionalidade e na administração cotidiana da crise capitalista (HOBSBAWM, 1995, p. 393-420). Por outro lado, os novos movimentos sociais se apresentam fortemente marcados pela fragmentação, pela dispersão e pela defesa de interesses corporativos e particularistas em torno de direitos de cidadania cada vez mais negados pelo Estado burguês (BIHR, 2013). Por conta disto, o neofascismo expressa uma perspectiva contrarrevolucionária preventiva diante do esgarçamento da vida social, manifesta em sua superfície por uma postura reacionária em relação aos direitos civis, padrões culturais, costumes, etc., mobilizando particularmente as classes médias, a pequena burguesia e setores do proletariado. Uma vez no poder o neofascismo opera políticas favoráveis aos interesses do grande capital, como no fascismo clássico, mas não reforçando a tutela estatal sobre a economia e sim reproduzindo o programa neoliberal em suas variadas versões. No Brasil o bolsonarismo emerge numa situação de crise de hegemonia, marcada pelo colapso da política de conciliação de classes operada pelos governos do PT e pontuada pelas “Jornadas de Junho” de 2013, pelo Golpe de 2016 e pelas eleições de 2018. A transição autoritária descrita brevemente acima e a radicalização da plataforma neoliberal são os desdobramentos mais importantes desta crise, com o petismo, e sua perspectiva de reposição da dominação burguesa em suas bases anteriores, tornando-se o alvo prioritário do ódio bolsonarista.

O caráter neofascista do bolsonarismo se revela através de seu programa, de sua ideologia, de seu movimento e de sua base social. Seu programa tem na instalação de uma ditadura fascista o seu objetivo principal, o que implica na supressão do regime democrático-representativo e na eliminação violenta da

oposição de esquerda e das organizações dos trabalhadores. A este objetivo político central, que o identifica com o fascismo clássico do período “Entreguerras”, agrega-se a perspectiva contemporânea do neoliberalismo, o que implica na eliminação dos direitos sociais, trabalhistas e dos gastos sociais públicos, tidos como privilégios e fonte de corrupção, e na supressão dos órgãos e mecanismos de regulação das relações entre Estado e capital e destes entre si, o que favorece a pilhagem sobre os recursos e bens públicos. Sua ideologia carrega um conteúdo fortemente desigualitário, hierarquizante, antidemocrático e reacionário, combinando o culto à violência, um “patriotismo de caserna”, o empreendedorismo e o anticomunismo/antipetismo com machismo, homofobia, racismo, negacionismo histórico e científico e fundamentalismo religioso. Combinação com a qual dialoga de modos variados com amplo arco de forças sociais e correntes políticas, dos militares e policiais a entidades patronais e igrejas evangélicas, mobilizando uma sociedade civil extensa e capilarizada (ROCHA; SOLANO, 2020; DE PAULA, FERES JR., WARDE JR., VALIM, 2021). Seu movimento tem nas classes médias, na pequena burguesia e nas frações intermediárias do grande capital, principalmente do agronegócio, sua principal base social e força mobilizadora, apesar de também contar com o apoio de setores proletários, mobilizadas contra a democracia e a perspectiva de universalização de direitos políticos, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades para a organização de um partido propriamente fascista, veja-se o fracasso da tentativa de organização do partido Aliança pelo Brasil, o bolsonarismo mobiliza sua base através das redes sociais, de determinados setores da grande mídia, das igrejas evangélicas, com forte enraizamento em associações de classe, entidades da sociedade civil e setores da burocracia, particularmente no judiciário e nas forças repressivas (Forças Armadas e polícias).

Apesar do caráter neofascista do bolsonarismo, ainda assim não podemos caracterizar o governo Bolsonaro como neofascista, mas como protofascista (FONTES, 2019) ou fascistizante, pois apesar de ser dirigido politicamente por uma perspectiva fascista, seu objetivo estratégico, a instalação de um regime fascista, não foi atingido. Além disso, nem todas as forças componentes do governo tinham um caráter neofascista, como vimos. Apesar disso com a ascensão de Bolsonaro ao poder os elementos autoritários e fascistas da autocracia burguesa foram reforçadas como não se via desde a Ditadura Militar, manifestando-se por meio de medidas efetivamente aplicadas ou projetos que organizam a ação política do governo, de sua base parlamentar e burocrática e a mobilização de sua base social.

O avanço da fascistização no governo Bolsonaro

Entramos por fim na análise dos elementos propriamente fascistas da democracia restrita, fundamentados no controle repressivo do conflito social e da arena da disputa política, que no governo Bolsonaro ganharam especial relevo por conta da perspectiva de fechamento do regime que orientou sua ação política desde a posse. É fato que com o governo Bolsonaro os elementos autoritários da institucionalidade política presentes no interior da autocracia burguesa também foram ampliados, particularmente com a extremização da política econômica neoliberal e o reforço do despotismo burguês nas relações de trabalho, no mercado e na vida social. Porém, por falta de espaço não trataremos desses

elementos aqui, nos concentrando no recrudescimento dos elementos fascistas. Neste sentido, o governo Bolsonaro desencadeou um processo de fascistização do regime que não chegou a se completar, pois o golpe neofascista fracassou, mas que favoreceu o avanço dos elementos fascistas no interior da autocracia burguesa. O primeiro elemento a destacar neste sentido é o processo de militarização do governo e de avanço da tutela militar sobre o poder judiciário e o próprio processo eleitoral. Já bastante acentuada no governo Temer (2016-2018), no governo Bolsonaro a tutela militar evoluiu para uma situação em que os militares passaram a deter uma presença nos altos escalões como não se via desde a própria Ditadura Militar. Segundo nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os cargos ocupados por militares nas diversas esferas do governo federal (ministérios, empresas estatais e empresas públicas federais, agências reguladoras, universidades, institutos federais e demais autarquias) aumentaram de 2765 em 2018, último ano do governo Temer, para 3515 em 2019 e depois para 6175 em 2020, dos quais nada menos do que 2300 de maneira irregular, apesar do governo ter ampliado bastante as possibilidades legais de nomeação (SCHMIDT, 2022). No primeiro escalão do governo os militares ocuparam postos chave durante todo o mandato, apesar das mudanças ocorridas em quase todos os ministérios. Além da presidência e da vice-presidência da República destacam-se os ministérios de articulação política, como a Casa Civil, a Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria de Governo; os ministérios ligados à segurança e inteligência (não necessariamente de perfil militar) como o da Defesa, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e ministérios de grande dotação orçamentária como Infraestrutura, Minas e Energia e Saúde, sem falar no comando de empresas estatais como Petrobrás, Itaipu, etc. Esta presença expressou não apenas a importância política dos militares na condução e sustentação do governo, mas um processo de “militarização” da burocracia manifesto na definição da ação administrativa a partir dos valores, *modus operandi* e objetivos estratégicos dos militares. O que no caso brasileiro reforça a perspectiva fascista de tratamento do conflito político e social pela via da repressão e da violência política por conta da trajetória histórica das Forças Armadas desde 1964.

Ao lado da militarização do governo há que se destacar a tutela exercida pelos militares sobre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desde 2018 e agravada durante o processo eleitoral de 2022. Já em 2018, o general Fernando Azevedo - uma das lideranças do “partido militar”, que deu sustentação à candidatura e ao governo Bolsonaro e de quem foi ministro da Defesa entre 2019 e 2021 - foi nomeado assessor do presidente do TSE, numa tentativa frustrada de esvaziar os ataques do candidato ao processo eleitoral. Em 2021 foi feita outra tentativa neste sentido, com as Forças Armadas sendo integradas ao Comitê de Transparência das Eleições e ao Observatório de Transparência do TSE por meio do Ministério da Defesa. Porém, ao contrário do pretendido, o acesso do Ministério da Defesa ao comitê e ao observatório apenas deu legitimidade aos ataques do novamente candidato, pois ao longo de todo o processo eleitoral os militares bombardearam o TSE com questionamentos estapafúrdios, inclusive quanto à segurança das urnas, criando um clima de desconfiança favorável à contestação posterior dos resultados (GALZO, 2022).

Um desdobramento dessa perspectiva política foi a “policialização da existência”, conforme definição de Fontes (2019), com as sucessivas tentativas de legalização da violência policial, aumento da vigilância e da repressão sobre os cidadãos e endurecimento das próprias normas criminais, para não falar

numa “pedagogia para o fascismo” produzida pela militarização do ensino. Logo no início do mandato, em projeto de lei elaborado por Sérgio Moro, então ministro da Justiça, o governo propôs nada menos que a exclusão de ilicitude para crimes cometidos por policiais sob “forte emoção”, “surpresa” ou “medo”. A proposta ainda previa a prisão em segunda instância, o endurecimento das regras do regime fechado de prisão, a ampliação dos casos passíveis de autorização judicial para instalação de escutas e a criação do “informante secreto” em instituições públicas, encarregado de denunciar ações de corrupção e improbidade administrativa (AGÊNCIA CÂMARA, 2019a). Chamado de “pacote anticrime” a proposta foi rejeitada no Congresso, mas o governo insistiu no final do mesmo ano emitindo novo projeto de lei, ainda em tramitação no Congresso, que estabelece o excludente de ilicitude para militares e agentes policiais em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) (CONGRESSO EM FOCO, 2019). Apesar de frustradas, estas tentativas de legalização dos crimes cometidos em ações repressivas e de ampliação do rigor criminal e penal por parte do governo passaram a ideia de aceitação da impunidade. Além do governo sistematicamente negar dados sobre a violência policial para os relatórios anuais sobre direitos humanos produzidos pela ONU, por diversas vezes o próprio presidente da República parabenizou crimes policiais de grande repercussão internacional, como na chacina da Vila Cruzeiro no Rio de Janeiro em 2022 (BUENO, PACHECO, NASCIMENTO; MARQUES, 2022, p. 4; SANTOS, 2022). A falta de respaldo legal não impediu a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de operar secretamente um amplo programa de vigilância dos cidadãos por meio do monitoramento de celulares, como veio a se saber após o final do governo, nem que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) normatizasse o controle das mídias sociais dos servidores públicos e o uso dos seus dados funcionais para fins de vigilância (LUCENA, 2023a; DOREA, 2021).

No rastro do avanço da fascistização inserem-se as iniciativas de fortalecimento político e material dos grupos paramilitares que compõem a base social do governo e funcionam como “tropas auxiliares” das forças repressivas oficiais. Vários decretos que flexibilizam normas e ampliam o acesso a armas de fogo e munições foram aprovados durante o governo Bolsonaro, inclusive para driblar resistências no Congresso e no STF: facilitação para obtenção do direito ao porte de armas; aumento do número de armas registradas (de 2 para 4) e do limite anual de munição por pessoa (de 50 para 550 projéteis); direito à posse de armas pelos proprietários rurais no perímetro de suas propriedades; restrição do controle e rastreamento de armas pelo Exército. Além dos profissionais de segurança (militares, policiais, etc.), os principais beneficiados por essas medidas foram os proprietários rurais, as milícias urbanas e rurais, de quem o presidente sempre foi um defensor, as empresas de segurança privada, o tráfico de drogas e os CAC’s (coleccionadores, atiradores e caçadores) (AGÊNCIA SENADO, 2021b). Consequentemente, o registro anual de armas aumentou de 95,1 mil em 2018 para 553,3 mil em 2022, totalizando nada menos que 1,35 milhão de novos armamentos; o número das pessoas com direito ao porte de armas cresceu de 117.467 em 2018 para 813.188 em 2022, enquanto 1483 novos clubes de tiro foram criados, um por dia em média (OLIVEIRA, 2023; STABILE, 2023).

A fascistização do aparelho de Estado é outro desdobramento do processo de transição autoritária em curso no país e se revela não só na indicação de partidários do governo para os mais variados

cargos da burocracia não-eleita, mas na imposição da lógica de tratamento repressivo do conflito social e político e de disseminação do ideário neofascista em órgãos e instituições ditas “republicanas”. Os casos mais aberrantes se manifestam no judiciário, poder pretensamente independente do poder Executivo e “guardião” das leis, da constituição e da laicidade do Estado. O processo de partidarização do poder judiciário, em curso desde antes do golpe de 2016, se aprofundou com a ascensão de Bolsonaro, manifestando-se de diversas formas, desde o ativismo aberto de procuradores e juízes nas redes sociais em defesa do governo, de seus aliados e de suas pautas políticas e culturais (BITTENCOURT, 2023), até a nomeação de aliados para cargos das altas instâncias do judiciário sem qualquer consideração por processos corporativos de escolha ou pela excelência “técnica” do indicado (“notório saber jurídico”). Exemplares foram as nomeações de Augusto Aras para a Procuradoria Geral da República, nomeado por Bolsonaro sem sequer ter sido indicado na lista tríplice tradicionalmente oferecida pelos procuradores para escolha do presidente da República e que no cargo se revelou um fiel defensor do governo (NETTO, 2021), e de André Mendonça para o STF. Segundo declarações do próprio presidente, o ex-ministro da Justiça e ex-Advogado Geral do governo Bolsonaro foi indicado por ser “terrivelmente evangélico”, evidenciando completo desprezo pelo caráter laico do Estado e por critérios mínimos de qualidade profissional (PODER 360, 2021).

Esse processo de partidarização também se manifestou com muita força nas autarquias com funções fiscalizadoras e reguladoras, como já mencionado, mas especialmente na Receita Federal, na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e na Força Nacional de Segurança, não só com a nomeação de bolsonaristas para seus comandos, mas com a manipulação política de investigações, indiciamentos e operações (TOMAZZELLI, 2023; CASADO, 2021). Quando a Força Nacional de Segurança foi chamada para debelar uma rebelião de policiais bolsonaristas contra o governo do Ceará, do PT, o seu comandante deu apoio aos insubordinados (BRASIL ATUAL, 2020). Já a PRF, além de operar em favor dos interesses particulares do clã presidencial ainda teve suas funções repressivas e investigativas ampliadas, exorbitando de suas funções tradicionais de policiamento das estradas para atuar como força policial comum em cenários urbanos. Sobre a PRF recaem diversos crimes como as chacinhas de Varginha (MG) e Vila Cruzeiro (RJ) e o assassinato de um motociclista por asfixia numa viatura da PRF transformada em câmara de gás, em Sergipe (NASSIF, 2022; MOTORYN, 2022).

Nas universidades e institutos federais o governo adotou a sistemática de não acatar a escolha democrática da comunidade acadêmica e nomear para as reitorias bolsonaristas militantes ou adesistas e oportunistas, contestando abertamente a autonomia universitária. Até o início de 2022 Bolsonaro já havia realizado 28 intervenções em 25 instituições federais de ensino superior (PEREIRA, GALVÃO; ZAIDAN, 2022). Nem as Forças Armadas, o principal reduto institucional do bolsonarismo, ficaram imunes à intervenção política do governo quando manifestaram o mínimo grau de autonomia em relação às suas pretensões. Veja-se a espetacular e inédita demissão coletiva dos três comandantes militares e do ministro da Defesa em reação à sua resistência em endossar mais uma tentativa de golpe promovida pelo presidente em março de 2021 (SOARES; SOUZA, 2021). A manipulação política das Forças Armadas também se revela nas operações de Garantia da Lei e da Ordem promovidas pelo governo Bolsonaro. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021 foram realizadas nove operações de GLO. Duas foram destinadas à segurança do

entorno dos presídios federais, uma para a garantia da ordem pública na citada crise da segurança pública no Ceará em 2020, duas para segurança da votação e apuração nas eleições de 2020, uma para a segurança de eventos (XI Cúpula dos BRICS em Brasília em 2019) e nada menos que três (um terço) foram destinadas à ações contra crimes ambientais em terras indígenas e áreas de proteção ambiental. Este dado é impressionante, pois entre 2010 e 2018 apenas três das operações de GLO tinham essa finalidade, revelando a militarização da questão indígena e ambiental no governo Bolsonaro (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

Outra frente de fascistização do aparelho de Estado se configura no processo de bolsonarização das polícias militares, polícias civis e bombeiros, cujo contingente total é maior do que o das Forças Armadas (544 mil contra 356 mil segundo dados de 2020). Ao longo de sua longa carreira parlamentar Bolsonaro sempre se apoiou no voto da “família militar” como representante de seus interesses corporativos e defensor de seus ideais autocráticos. Após a posse buscou não apenas reforçar este apoio exaltando a violência policial, defendendo a impunidade e vantagens corporativas para a categoria, mas procurou também submetê-las diretamente ao controle do governo federal. Por meio de dois projetos de lei o governo tentou esvaziar o poder dos governadores sobre as polícias militares, as polícias civis e os bombeiros dando-lhes autonomia na indicação de seus comandos e mandato quase irrevogável para os escolhidos, criando a patente de general de polícia e o Comando Nacional da Polícia Civil ligado diretamente à União. Por conta da resistência dos governadores e suas bancadas parlamentares as propostas não foram aprovadas no Congresso, mas durante todo o mandato Bolsonaro ameaçou mobilizar as polícias com base em duas leis da época da Ditadura Militar, negadas pela Constituição de 1988, que as consideravam “forças auxiliares” do Exército. Após a derrota nas eleições de 2022 os indícios de que o governo tomaria tal atitude se avolumaram a ponto do STF exigir explicações (BRASIL DE FATO, 2021; COELHO, 2022).

Combinando fascistização do aparelho de Estado e “policialização da existência” há a transformação de parte do sistema escolar em instrumentos para a “pedagogia do fascismo”. Em 2019 o governo Bolsonaro criou o Programa Nacional de Escolas Cívico-militares, distintas dos tradicionais colégios militares, apenas 15 no país inteiro, pois estes são voltados para acolher preferencialmente dependentes de militares, deslocados pelo país conforme suas demandas profissionais. Já as escolas cívico-militares são abertas ao público em geral. Destinado a implantar 216 escolas sob gestão de militares, policiais e bombeiros o programa se baseia no argumento de que a medida visa melhorar a disciplina nas escolas. Além de empregar militares da reserva e assim ampliar a base de apoio do bolsonarismo, o programa introduziu um processo de “militarização” das escolas com a adoção de procedimentos pedagógicos, normas e valores próprios da caserna, educando as novas gerações para o fascismo. Até o final de 2022 foram criadas 202 escolas pelo país, com mais de 80 mil estudantes (PRAZERES, 2022). Além das escolas vinculadas ao governo federal, entre 2019 e 2021 as escolas militarizadas sob controle de estados e municípios passaram de 240 para mais de 500, evidenciando o avanço da militarização na educação (QUEIROZ, 2021).

Em busca de um golpe fascista

Finalmente, levantaremos as tentativas de golpe de Estado promovidas pelo governo ao longo do mandato de Bolsonaro com vistas à instalação de um regime fascista. O processo de fascistização não poderia se completar sem a ocorrência de um golpe de Estado que abolisse a democracia restrita, com fechamento do Congresso e do STF, prisão de adversários políticos, intervenção nos estados, controle da imprensa, intensificação da repressão política e policial, etc. Desde os primeiros dias de governo Bolsonaro manifestou abertamente seu descontentamento com a imprensa, com o Congresso, os partidos e o STF reagindo ostensivamente a cada crítica, revelação de algum escândalo envolvendo o presidente, sua família e aliados, ou derrota de algum projeto do governo. Adepto de uma concepção plebiscitária do voto popular, tipicamente fascista, segundo a qual o eleito “pode tudo” por que ganhou a eleição, o presidente mobilizou sua base contra o que considerava um boicote ao seu governo. Por meio das redes sociais, dos “recados” dados diariamente no “cercadinho” do Palácio da Alvorada ou nas *lives* semanais, Bolsonaro manteve sua base mobilizada para o momento “Marcha sobre Roma”. Tal como no exitoso golpe de Mussolini na Itália, em 1922, ou no fracassado “*Putsch da Cervejaria*” de Hitler na Alemanha, em 1923, o *script* do golpe bolsonarista passa por um levante popular contra os poderes constituídos, de modo a criar uma situação de caos que justifique uma intervenção militar em nome da manutenção da ordem seguida de fechamento do regime. Neste *script* golpista é crucial a peculiar interpretação segundo a qual o artigo 142 da Constituição Federal concede aos militares um *poder moderador* em relação à República, aos poderes instituídos e à ordem política e social, o que torna legal e legítima sua intervenção sempre que os mesmos estejam sob ameaça. Ou seja, diferentemente de um golpe militar clássico, como o de 1964, o golpe fascista busca revestir-se de legitimidade com base na mobilização de massas e na insurreição popular.

Neste sentido, já em maio de 2020 ocorre uma primeira tentativa golpista. A partir de março inicia-se uma onda de atos bolsonaristas, como manifestações, motociatas e bloqueios de estradas, contra as medidas sanitárias adotadas por diversos estados e municípios em função da pandemia de covid 19 e pedindo ainda intervenção militar, fechamento do Congresso e do STF. Na sequência o STF abre investigação para apurar interferência do presidente na Polícia Federal, cogitando apreensão de seu celular. Bolsonaro reage propondo a invasão do STF por tropas do Exército e a prisão dos ministros. Foi desaconselhado pelo ministro chefe do GSI, general Augusto Heleno, para quem aquele ainda “não era o momento”. Talvez na ocasião estivesse faltando um levante bolsonarista em Brasília para justificar o ataque (GUGLIANO, 2020).

O ano de 2021 se inicia com o crescimento exponencial das contaminações e mortes por covid 19 e o agravamento da crise econômico-social. A postura negacionista do presidente em relação à pandemia, a recusa em comprar vacinas e pagar o auxílio emergencial e a péssima atuação do ministério da Saúde, além do boicote às medidas sanitárias tomadas por estados e municípios e dos conflitos com o STF, levaram a uma reação da oposição em diversas frentes. De um lado é instalada no Congresso uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as responsabilidades do governo na pandemia; de outro lado, partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais e entidades populares retomam as mobilizações de rua com a

campanha “Fora Bolsonaro, vacina no braço, comida no prato” realizando manifestações nas grandes cidades do país durante meses. Enquanto isso, a prisão e os processos contra Lula, líder do PT e favorito para as eleições presidenciais do ano seguinte, começam a ser revertidos no STF. Neste cenário mais uma vez o governo reage tentando tirar proveito da situação de urgência criada pela pandemia da covid 19. Em março, ao mesmo tempo em que tentou aprovar no Congresso um projeto de lei declarando “estado de mobilização nacional” no país, o que conferia ao presidente o direito de mobilizar as polícias militares e requisitar bens e serviços de estados, municípios e empresas, entre outras medidas discricionárias (AGÊNCIA CÂMARA, 2021), Bolsonaro buscou enquadrar o ministro da Defesa e os comandantes militares, como vimos.

O insucesso nas duas iniciativas não o impediu de continuar demonstrando força, como no desfile de tanques do Exército em frente ao Palácio do Planalto no “Dia do Soldado”, em agosto, nem de mobilizar sua base para um levante bolsonarista no dia Sete de Setembro, com grandes mobilizações nas principais cidades do país, especialmente em São Paulo e Brasília. Para Brasília foram mobilizados milhares de manifestantes vindos de diversas partes do país, que tentaram ocupar a Esplanada dos Ministérios e invadir o STF na noite anterior. A pronta reação da corte suprema e a falta de apoio entre as forças políticas de direita e setores do bloco no poder esvaziaram a intentona, apesar do radicalismo discursivo de Bolsonaro nos atos de Brasília e São Paulo (HORTA e CONDE, 2021). De todo modo, apesar do fracasso, o *modus operandi* do golpe bolsonarista estava definido e seria tentado novamente.

No Sete de Setembro de 2022, já como candidato à reeleição, Bolsonaro intensificou a pregação golpista para o caso de insucesso eleitoral. Faltando pouco mais de vinte dias para a realização do primeiro turno, as diatribes contra o TSE e o processo eleitoral, contra o STF e os inquéritos sobre as *fake news*, contra Lula, seu adversário e favorito à eleição presidencial nas pesquisas de opinião, e em defesa de seu ideário fascista, visavam criar um clima de mobilização permanente de sua base social (UOL, 2022). A campanha bolsonarista foi marcada por forte mobilização de recursos privados, o uso intensivo das vantagens exclusivas concedidas a Bolsonaro e seus aliados pelo “estado de emergência” e pelo “orçamento secreto”, aprovados pouco antes das eleições, mobilização de grande aparato publicitário nas ruas, intimidação de adversários e eleitores lulistas, quando não pela violência política pura e simples (NEIVA, 2022; ROCHA; ROSSI, 2022). Além disso, a ofensiva do Ministério da Defesa contra o TSE, questionando a segurança do sistema eleitoral e a própria neutralidade do tribunal, se intensifica, sugerindo o posterior questionamento dos resultados eleitorais. No segundo turno a PRF foi amplamente utilizada para impedir o acesso de eleitores às urnas nas regiões onde Lula ganhou no primeiro turno, principalmente no Norte e no Nordeste, por meio de operações como *blitz* e bloqueios (LUCENA, 2023b). Imediatamente após a vitória de Lula no segundo turno inicia-se um processo de mobilização, com a criação de acampamentos em frente aos quartéis e de bloqueio de estradas, contra o resultado da eleição e em defesa da intervenção militar. Paralelamente o governo elaborou proposta de decreto instalando “estado de defesa” e intervenção no TSE, que ficaria sob controle de uma comissão dominada pelo Ministério da Defesa (CONJUR, 2022). Ou seja, o golpe seria dado com a reversão dos resultados eleitorais e a perpetuação de Bolsonaro no poder. Para tanto, a legitimidade da aclamação popular era fundamental.

Ao longo do mês de novembro as estradas foram sendo desbloqueadas, principalmente por conta dos transtornos causados à economia e graças à pressão do TSE, mas os acampamentos continuaram crescendo, atraindo milhares de pessoas financiadas por empresários bolsonaristas. O maior acampamento foi formado em Brasília em frente ao Quartel General do Exército, funcionando como um polo de mobilização e organização do que viria a ser o atentado a bomba no aeroporto da cidade em 24/12 e os levantes de 12/12 e 08/01. No dia 12 de dezembro, data da diplomação de Lula como presidente eleito pelo TSE, o centro de Brasília foi alvo de “quebra-quebra”, explosões, depredação de veículos e prédios públicos, incêndios, etc., sem que nenhum manifestante tenha sido preso, demonstrando a conivência da polícia do Distrito Federal e dos militares (SCHREIBER, 2022). Mais uma vez o golpe falhou por falta de apoio interno e externo, mas o ato do dia doze prenunciou o que ocorreria em janeiro, pois apesar das sucessivas ordens partidas da justiça para que os acampamentos fossem desmontados, o Exército não só não os desmobilizou bem como acolheu novos manifestantes e os protegeu.

Entre 12 de dezembro e 08 de janeiro o governo Bolsonaro e a base bolsonarista, depois de 31 de dezembro, atuaram no sentido de preservar o máximo possível suas posições no cenário de fim de mandato e transição para o novo governo à espera de melhores condições para agir. Em primeiro lugar, os militares conseguiram impor ao novo governo a nomeação dos oficiais mais antigos para os comandos das três armas, impedindo a escolha de militares não comprometidos com a operação golpista. Todos foram empossados pelo próprio Bolsonaro antes do término do mandato de modo a garantir que não haveria solução de continuidade nos comandos militares após a posse do novo governo (G1, 2022). Em seguida o próprio Bolsonaro ausentou-se do país, para evitar que fosse preso assim que perdesse o foro privilegiado por conta dos inúmeros crimes que cometeu na presidência e para dar a impressão de que havia aceitado a derrota. Na semana entre a posse de Lula e o dia 08 de janeiro o acampamento do QG do Exército acolheu novos manifestantes oriundos do país inteiro, apesar das determinações do novo governo e da justiça para que fossem desmontados. Sob a proteção da polícia militar do DF, do Batalhão da Guarda Presidencial e do Gabinete de Segurança Institucional milhares de acampados invadiram a Praça dos Três Poderes, atacaram e vandalizaram as sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em protesto contra o resultado das eleições. Desta feita o plano golpista previa a decretação de uma GLO para “garantir a ordem” na capital e no país, de modo a tornar o novo governo refém dos militares, que se tornariam os governantes efetivos. A recusa do novo governo em adotar este caminho, a decretação de intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal, o desencadeamento da ação repressiva pela polícia do DF, agora sob intervenção, e a condenação do ato por parte das mais variadas forças políticas e governos estrangeiros frustraram mais esta tentativa de golpe, não sem antes o comandante do Exército impedir prisões em massa no acampamento ainda na noite do dia 08 (EXAME, 2023).

Considerações finais

Como procuramos demonstrar, em sua busca incessante pela superação da democracia restrita em favor de um regime fascista o governo Bolsonaro acabou por consolidá-la, consumando a transição

autoritária iniciada com o golpe de 2016. Os processos de militarização do governo, fascistização de setores do aparelho de Estado, extremização do programa econômico neoliberal, policialização da existência, “educação para o fascismo” e de mobilização de massas para um novo golpe de Estado aceleraram e aprofundaram as mudanças políticas e institucionais que marcaram a transição autoritária para a democracia restrita, sem, porém, lograr ultrapassá-la. Aqui avançamos a avaliação de que este “fracasso” se deveu à falta de apoio ao projeto neofascista pelos setores hegemônicos do bloco no poder e pelo imperialismo e o desinteresse desses setores em levar a luta de classes no país a um novo patamar.

Isto significa que para os setores hegemônicos do bloco no poder e seus representantes políticos do centro-direita interessa consolidar a criminalização política e judicial das lutas e movimentos sociais, reduzir legal e politicamente o espaço político e institucional dos partidos de esquerda e sindicatos, respaldar a violência policial como mecanismo de controle do conflito social, demonizar cultural e ideologicamente os valores do comunismo, do socialismo e mesmo do reformismo, esmagar econômica e juridicamente os aparelhos privados de hegemonia ligados a esta perspectiva. Interessa também aprofundar a pauta neoliberal extremada de destruição dos direitos sociais e trabalhistas, privatização dos recursos públicos e naturais e eliminação dos controles políticos à movimentação do capital. Porém, não interessa a eliminação do espaço político e institucional dos partidos de esquerda e dos sindicatos, não só porque ela é desnecessária no atual período de crise estratégica, organizativa e mobilizatória da esquerda brasileira, mas porque é preciso preservar mecanismos de passivização do descontentamento popular e de canalização das lutas sociais para dentro da lógica autocrático-burguesa da institucionalidade. Também não interessam a subordinação completa do parlamento e do judiciário ao poder executivo, ou mesmo seu fechamento, e menos ainda a abolição do pluralismo partidário, da rotina eleitoral e da autonomia (relativa) entre os poderes, pois é preciso preservar os mecanismos de legitimação política oriundos da democracia burguesa, mesmo que restrita, e de representação política e burocrática dos variados e divergentes interesses das classes e frações que compõem o bloco no poder e de seus aliados entre as classes subalternas. Ou seja, é preciso preservar o sistema de representação política, o processo eleitoral e a “neutralidade seletiva” do rito judiciário ainda que redimensionados pela democracia restrita.

A predominância da pauta cultural e de costumes baseada no fundamentalismo religioso, no culto à violência, no racismo, no machismo, na homofobia, etc., também é problemática, pois além de negar abertamente a pretensa universalidade dos direitos civis, mais divide a sociedade do que unifica e é contraproducente para determinados negócios. Em suma, se já não serve mais aos interesses estratégicos do grande capital a democracia de cooptação oriunda da transição democrática que criou a Nova República, permitiu a “integração passiva à ordem” das principais organizações do mundo do trabalho, anulando sua perspectiva antiautocrática, e possibilitou a política de conciliação de classes dos governos petistas; tampouco um regime fascista liderado por Bolsonaro permite atender esses mesmos interesses sem colocar em xeque a própria perspectiva de atualização da hegemonia burguesa nos marcos da transição autoritária desencadeada com o golpe de 2016.

Portanto, a instalação da democracia restrita implica no reforço dos elementos autoritários e fascistas presentes no Estado autocrático-burguês em detrimento dos elementos democrático-

representativos, mas não em sua eliminação, pois isto implicaria na instabilização ainda maior da ordem política e social, dificultando a superação da crise de hegemonia e a estabilização da nova correlação de forças.

Referências:

AGÊNCIA CÂMARA. Projeto amplia possibilidades de legítima defesa para policiais. 19/02/2019. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/552167-projeto-amplia-possibilidades-de-legitima-defesa-para-policiais/>, acesso em 27 abr. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA. PL 1074/2021. 25/03/2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2275484>, acesso em 02 mai. 2023.

AGÊNCIA SENADO. Decretos pró-armas de Bolsonaro enfrentam resistência no Senado. 23/07/2021. 2021b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/23/decretos-pro-armas-de-bolsonaro-enfrentam-resistencia-no-senado>, acesso em 27 abr. 2023.

BIHR, Alain. Da Puerta del Sol à Wall Street. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo/SP: Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC/SP, nº 31, v 17 jun./dez, 2013, p.75-86. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25724/18360>, acesso em 29 abr. 2024.

BITTENCOURT, Julinho. Juízes e procuradores bolsonaristas apavorados com supergrampo de Alexandre e Moraes. **Revista Fórum**. 23/01/2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2023/1/23/juizes-procuradores-bolsonaristas-apavorados-com-supergrampo-de-alexandre-moraes-130415.html>, acesso em 28 abr. 2023.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n.50, 2020, p. 11-119.

BRASIL ATUAL. Apoio da Força Nacional ao motim da PM do Ceará é ‘reprovável e perigoso’, diz OAB. 03/03/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/apoio-da-forca-nacional-ao-motim-da-pm-no-ceara-e-reprovavel-e-perigosa-alerta-oab/>, acesso em 28 abr. 2023.

BRASIL DE FATO. Polícias sem controle de governadores abrem país para golpe, diz ex-militar. 12/01/2021. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/01/12/policias-sem-controle-de-governadores-abrem-pais-para-golpe-diz-ex-militar>, acesso em 28 abr. 2023.

BUENO, Samira; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita; MARQUES, David. Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf>, acesso em 20 abr. 2023.

CASADO, José. Para defender o clã, Bolsonaro desestabilizou a Polícia Federal. **Veja**. 08/12/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/para-defender-o-cla-bolsonaro-desestabilizou-a-policia-federal/>, acesso em 28 abr. 2023.

COELHO, Gabriela. Toffoli dá cinco dias para governo se manifestar sobre possível convocação das polícias militares pelas Forças Armadas. **CNN Brasil**. 12/08/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/toffoli-da-cinco-dias-para-governo-se-manifestar-sobre-possivel-convocacao-das-policias-militares-pelas-forcas-armadas/>, acesso em 02 mai. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. Para MPF, projeto de GLO de Bolsonaro é inconstitucional e vai além de atos das ditaduras. 21/11/2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/para-mpf-projeto-de-glo-de-bolsonaro-e-inconstitucional-e-vai-alem-de-atos-de-ditaduras/>, acesso em 27 abr. 2023.

CONJUR. Minuta de decreto contra resultado das eleições. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-golpe.pdf>, acesso em 04 mai. 2023

COUTO, Cláudio G. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. FGV/EAESP, volume 28, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/XncJc9VKCjpDS9mHjSst7YD/?lang=pt&format=pdf>, acesso em 21 ago. 2024.

DE PAULA, Carolina, FERES JR., João; WARDE JR, Walfrido J.; VALIM, Rafael. **Bolsonarismo no Brasil. Pesquisa Qualitativa**. IREE/LEMEP, junho de 2021. 2021

DOREA, Manuela. GSI vai monitorar redes de membros do governo. **Blog da Cidadania**. 27/12/2021. Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2021/12/gsi-vai-monitorar-redes-de-membros-do-governo/>, acesso em 27 abr. 2023.

EXAME. Atos terroristas: os 11 pontos para entender tudo desde o 8 de janeiro. 11/01/2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/atos-terroristas-os-11-pontos-para-entender-tudo-desde-o-8-de-janeiro/>, acesso em 04 mai. 2023.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FONTES, Virgínia. O protofascismo: arranjo institucional e policialização da existência (Dossiê: O governo Bolsonaro e Perspectivas de esquerda). **Marxismo** 21. 08/12/2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/>, acesso em 10 jan. 2020.

GALZO, Wesley. Militares fazem 88 questionamentos ao TSE e repetem discurso de Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**. 04/05/2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/militares-fazem-88-questionamentos-ao-tse-e-repetem-discurso-de-bolsonaro/>, acesso em 02 mai. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUGLIANO, Monica. Vou intervir! O dia em que Bolsonaro decidiu mandar tropas para o Supremo. **Piauí**. Edição 167, agosto de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>, acesso em 02 mai. 2023.

G1. Bolsonaro assina nomeações de novos comandantes da Marinha e da Aeronáutica escolhidos por Lula. 30/12/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/bolsonaro-assina-nomeacoes-de-novos-comandantes-da-marinha-e-da-aeronautica.ghtml>, acesso em 04 mai. 2023.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos (1914-1991)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HORTA, Fernando e CONDE, Gustavo. STF impediu golpe de Bolsonaro. **Blog do Conde**. 08/09/2021. Disponível em: <https://gustavoconde.blogspot.com/2021/09/stf-impediu-golpe-de-bolsonaro-por.html>, acesso em 03 mai. 2023.

LEVITSKY, S.; ZIBLATI, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUCENA, André. No governo Bolsonaro, Abin usou programa para monitorar pessoas por meio do celular. **Carta Capital**, 14/03/2023. 2023a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/no-governo-bolsonaro-abin-usou-programa-para-monitorar-pessoas-por-meio-do-celular/>, acesso em 27 abr. 2023.

LUCENA, André. No segundo turno, PRF escalou mais agentes de folga em estados onde Lula venceu, revela site. **Carta Capital**. 17/04/2023. 2023b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/no-segundo-turno-prf-escalou-mais-agentes-de-folga-em-estados-onde-lula-venceu-revela-site/>, acesso em 03 mai. 2023.

MARXISMO21. **Do golpe de 2016 à eleição do governo Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/do-golpe-de-2016-ao-governo-bolsonaro/>, acesso em 12 abr. 2024.

MARXISMO21. **O governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda**. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/o-governo-bolsonaro-e-perspectivas-de-esquerda/>, acesso em 12 abr. 2024.

MARXISMO21. **Pandemia, crise capitalista e conjuntura nacional**. 2020. Disponível em: <https://marxismo21.org/pandemia-crise-capitalista-e-conjuntura-nacional/>, acesso em 12 abr. 2024.

MARXISMO21. **Brasil hoje**. 2021. Disponível em: <https://marxismo21.org/brasil-hoje/>, acesso em 12 abr. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n.73, p. 25-39, março de 2022.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo R. L. e CHABALGOITY, Diego (Orgs.). **(Neo)Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020, p. 12-46.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Planilha com dados históricos (atualizada em janeiro de 2022)**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2-tabelas-glo_atualizada_em_jan_22.pdf, acesso em 27 mar. 2023

MOTORYN, Paulo. Polícia Rodoviária Federal atuou em pelo menos três chacinas no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**. 26/05/2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/26/policia-rodoviaria-federal-atuou-em-pelo-menos-tres-chacinas-no-governo-bolsonaro>, acesso em 28 abr. 2023.

NASSIF, Luis. Xadrez do início do controle da Polícia Rodoviária Federal por Bolsonaro. **GGN**. 06/06/2022. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/xadrez-do-inicio-do-controle-da-policia-rodoviaria-federal-por-bolsonaro-por-luis-nassif/>, acesso em 28 abr. 2023.

NEIVA, Lucas. Entenda o que é o orçamento secreto, e porque ele é tão criticado. **Congresso em Foco**, 18/10/2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/entenda-o-que-e-o-orcamento-secreto-e-porque-e-criticado/>, acesso em 24 abr. 2023.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, Paulo Roberto. Bolsonaro ignora lista tríplice e reconduz Aras para mandato de 2 anos. **Poder 360**. 20/07/2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-reconduz-aras-para-novo-mandato-de-2-anos/>, acesso em 28 abr. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. Mais de um milhão de armas entraram em circulação durante governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 14/02/2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro>, acesso em 27 abr. 2023.

PEREIRA, André R. V. V.; GALVÃO, Ana Carolina e ZAIDAN, Junia C. S. de M.. **A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, DF: Andes. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2022.

PRAZERES, Leandro. 'A comunidade não vai aceitar': os planos do governo Lula de encerrar programa de escolas cívico-militares. **BBC News Brasil**. 06/12/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63825966>, acesso em 01 mai. 2023.

PODER 360. Bolsonaro assina nomeação de Mendonça como ministro do STF. 02/12/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-assina-nomeacao-de-mendonca-como-ministro-do-stf/>, acesso em 28 abr. 2023.

QUEIROZ, Christina. Desempenho em análise. **Nexo Jornal**. 14/03/2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2021/03/14/Desempenho-em-an%C3%A1lise>, acesso em 01 mai. 2023.

ROCHA, Camila e SOLANO, Esther. **Bolsonarismo em crise?** Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil: São Paulo, junho de 2020. 2020.

ROCHA, Graciliano e ROSSI, Amanda. Governo despejou R\$ 21 bilhões extras na mão de eleitores durante campanha. **UOL**. 21/10/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/21/governo-bolsonaro-concedeu-r-21-bilhoes-extras-a-eleitores-na-campanha.htm>, acesso em 26 abr. 2023.

RODRIGUES, Theófilo Machado e BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no Início do Século XXI: Duas Abordagens da Teoria Política. **Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 9, Número 1, p. 253-279, janeiro-abril, 2021. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/592/334>, acesso em 09 abr. 2021.

SANTOS, Artur dos. Organização entrega relatório de violência policial à ONU. **Agemt**. 02/06/2022. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/organizacao-entrega-relatorio-de-violencia-policial-onu>, acesso em 27 abr. 2023.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções do Executivo Federal**. IPEA: Brasília, 2022.

SCHREIBER, Mariana. Vandalismo em Brasília: por que ninguém foi preso em atos de bolsonaristas? **BBC News Brasil**. 13/12/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-6388134>, acesso em 03 mai. 2023.

SILVA, Adriana Brito da et al. A extrema-direita na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 119, setembro de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?lang=pt#>, acesso em 24 ago. 2022.

SOARES, Ingrid e SOUZA, Renato. Defesa: Comandantes das três Forças Armadas serão substituídos. **Correio Braziliense**, 30/03/2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915045-defesa-comandantes-das-forcas-armadas-serao-substituidos.html>, acesso em 03 mai. 2023.

STABILE, Artur. Em quatro anos, governo Bolsonaro abriu um clube de tiro por dia. **G1**. 22/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/22/em-quatro-anos-governo-bolsonaro-abriu-um-clube-de-tiro-por-dia.ghtml>, acesso em 27 abr. 2023.

TOMAZZELLI, Idiana. Receita Federal beneficiou aliados e blindou familiares em 4 anos de Bolsonaro. **UOL**. 04/03/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/receita-federal-beneficiou-aliados-e-blindou-familiares-em-4-anos-de-bolsonaro.shtml>, acesso em 28 abr. 2023.

UOL. Bolsonaro diz que o 'bem sempre vence o mal' ao citar rupturas e eleição". 07/09/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/09/07/bolsonaro-cita-golpe-militar-1964-cafe-da-manha-independencia.htm>, acesso em 03 mai. 2023.

Notas

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG. Coordenador do [Grupo de Pesquisa Capitalismo e História](#) do CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3587511267893434>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3613-8859>. Email: davidmaciel@ufg.br.

² Utilizamos o conceito de “integração passiva à ordem” a partir das análises de Edmundo Fernandes Dias (1995) sobre o processo de cooptação do PT e da CUT pela autocracia burguesa e pela perspectiva neoliberal já nos anos 1990.

³ Procuramos aqui articular a teoria de Fernandes sobre o caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro com as formulações de Gramsci sobre o fenômeno do transformismo. Para Fernandes o Estado autocrático-burguês caracteriza-se por não reconhecer nos trabalhadores e classes dominadas (os “de baixo”) a condição de sujeitos políticos, o que implica limitar a nação e a sociedade civil “legais” à representação política e social das classes proprietárias (os “de cima”). Para tanto, é preciso tratar o conflito político e social combinando de maneira sincrética democracia, oligarquismo/autoritarismo e fascismo. Ou seja, formas de representação política limitadas às burguesias e seus aliados subalternos; formas exclusivistas e privatistas de interação entre classes dominantes e burocracia e de ocupação do aparelho estatal e formas de vigilância e controle da organização e mobilização das classes dominadas baseadas na repressão militar e policial. As formas democrático-representativas vigentes durante a Ditadura Militar

foram conceituadas por Fernandes como *democracia restrita*, por conta de seu caráter limitado em termos eleitorais e de organização partidária. Porém no processo de transição “lenta, gradual e segura” dirigido pelo governo militar a partir dos anos 70, esta tende a abrir-se “para o lado” e posteriormente “para baixo”, integrando de maneira variada ao sistema de representação política e à setores do aparelho de Estado os setores não-hegemônicos do bloco no poder e mesmo setores das classes dominadas, criando-se uma *democracia de cooptação* (FERNANDES, 1987, p. 289-366). Entendemos que aqui é importante incorporar o conceito gramsciano de transformismo, na medida em que permite entender os processos de ampliação do grupo estatal-dirigente, de decapitação dos grupos subalternos e/ de integração passiva à ordem de suas organizações e instrumentos de luta nos marcos da autocracia burguesa (GRAMSCI, 2002). A emergência do protesto popular, a criação de inúmeras organizações do mundo do trabalho e o desenvolvimento de lutas sociais de conteúdo antiautocrático, a partir de meados dos anos 70, garantiram a ampliação da participação dos trabalhadores no sistema político, obrigando as classes dominantes e o Estado autocrático-burguês a desenvolver mais amplos e sofisticados de cooptação e passivização.

⁴ O blog [Marxismo21](#) publicou quatro alentados dossiês sobre a conjuntura política brasileira entre os anos de 2019 e 2021. Neles é possível conferir as interpretações de amplo e plural elenco de analistas e organizações políticas marxistas sobre o caráter e o conteúdo do bolsonarismo e do governo Bolsonaro. Ver os dossiês “Do golpe de 2016 à eleição do governo Bolsonaro”, 2019; “O governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda”, 2019; “Pandemia, crise capitalista e conjuntura nacional”, 2020 e “Brasil hoje”, 2021.

⁵ Aqui nos baseamos em grande medida nas formulações de Melo (2020), Boito Jr. (2020) e Mattos (2022). Apesar de partirem de diferentes perspectivas teóricas, ambas conceituam o bolsonarismo como neofascismo, distinguindo-o do fascismo clássico, e apresentam um quadro amplo do contexto histórico que permitiu sua emergência como movimento político.

Recebido em: 19 de set. 2024

Aprovado em: 25 de out. 2024